São Paulo, 05 de maio de 2025

À

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO BUTANTAN

Rua Alvarenga, 1396, Butantã, São Paulo-SP, CEP nº 05.509-002

gerencia.compras@fundacaobutantan.org.br

REF.: ATO CONVOCATÓRIO EDITAL Nº 002/2025

PROCESSO Nº WS1453966367

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção do Prédio 1027 – PBI – Produção de Bancos Influenza.

Prezados(as) Senhores(as),

A **RACIONAL ENGENHARIA LTDA. (“RACIONAL”)**, com sede na Av. Chedid Jafet, 222 – Bloco D - 3ºAndar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04561-065, inscrita no CNPJ sob o nº 43.202.951/0001-56, vem, tempestivamente¹ e muito respeitosamente, nos termos do item 12.1 do Edital e do art. 164 da Lei n. 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 002/2025** promovido pela Fundação Butantan, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. SÍNTESE DOS FATOS

1. A Fundação Butantan publicou o Edital N.º 002/2025, visando a “Contratação de empresa especializada para construção do Prédio 1027 – PBI – Produção de Bancos Influenza, conforme as especificações técnicas constantes nos Memoriais Descritivos, Planilhas Quantitativas de Custos Unitários e Totais e Projetos Executivos, que integram este Edital como ANEXO I e II,

¹ O item 12 do Edital prevê a possibilidade de apresentação de Impugnação ao Edital em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão de abertura das propostas. Dessa forma, considerando que a entrega e abertura dos envelopes está prevista para o dia 08/05/2025, a presente Impugnação ao Edital é, portanto, tempestiva.

Racional

observadas as normas técnicas da ABNT”, além da Minuta de Contrato (ANEXO III) e demais anexos. A data prevista para a abertura dos envelopes (sessão pública) é 08/05/2025

2. A Racional, ora Impugnante, analisou a documentação editalícia e identificou disposições no instrumento convocatório que apresentam inconsistências e vícios capazes de comprometer a segurança jurídica do futuro contrato e restringir a competitividade do certame, em violação aos princípios da ampla competitividade, da seleção da proposta mais vantajosa — refletida no critério de julgamento de menor preço —, da segurança jurídica e do interesse público.

3. Esses pontos dizem respeito, em especial as previsões contidas na minuta do Contrato (Anexo III do Edital): (i) à transferência à Contratada da responsabilidade por providências administrativas junto a órgãos públicos para obtenção de licenças e ligações definitivas, sem que haja um escopo de responsabilidades claramente definidos; (ii) a discricionariedade existente quanto a prorrogação do prazo da obra; (iii) a ilegalidade existente no percentual de acréscimos e supressões do Contrato; (iv) a desproporcionalidade existente na cláusulas de multas; (v) à cláusula contratual que trata de foro e arbitragem, cuja redação gera insegurança quanto ao meio contratual de solução de controvérsias.

4. As irregularidades, contradições e ilegalidades existentes, não só constituem ofensa aos princípios que regem as contratações pela Administração Pública, como também impedem que as licitantes apresentem adequadamente as suas propostas, comprometendo a competitividade do certame. Como se demonstrará, as referidas irregularidades ensejam o necessário **adiamento da data da sessão de abertura das propostas**.

5. Em razão disso, a Racional apresenta à Comissão de Licitação, a presente Impugnação ao Edital, requerendo ao final, respeitosamente, o seu acolhimento e devido ajuste do instrumento convocatório para corrigir as inconsistências aqui apontadas.

II. DAS ILEGALIDADES, CONTRADIÇÕES E IRREGULARIDADES EXISTENTES NO ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

II.A. DA ILEGALIDADE DA CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

6. A Cláusula Terceira, parágrafo 2º, da minuta do Contrato (Anexo III do Edital) estabelece que a não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Contratante não gerará à futura contratada o direito a qualquer espécie de indenização:

PARÁGRAFO SEGUNDO

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da **CONTRATANTE** não gerará à **CONTRATADA** o direito a qualquer espécie de indenização.

Anexo III do Edital - Minuta do Contrato

7. Essa disposição, contudo, revela-se manifestamente ilegal e merece reparo. Ao condicionar a prorrogação do contrato à conveniência exclusiva da Administração, a cláusula confere à Contratante um poder discricionário que extrapola os limites legais. Conforme dispõe o §1º do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, nos contratos com escopo predefinido - como é o caso da execução de obras -, a prorrogação da vigência é obrigatória e automática quando a não conclusão do objeto decorrer de motivo não imputável à contratada:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8. Como visto, trata-se de hipótese legal que não pode ser afastada por disposição contratual em sentido contrário, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

9. Ainda mais grave, a Cláusula veda, de maneira absoluta, qualquer indenização à contratada, mesmo nos casos em que a não conclusão do objeto decorrer de eventos alheios à sua responsabilidade, o que se mostra incompatível com o regime jurídico dos contratos públicos e com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da legalidade.

10. O art. 138, §2º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que, nos casos em que a extinção do contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados, com direito à devolução da garantia prestada, ao recebimento dos valores devidos até a data da extinção e ao custeio da desmobilização. Ainda que a extinção se dê por interesse público, previsto no art. 137 da referida Lei, é possível o reconhecimento do direito à indenização, nos termos do art. 131, se essa medida implicar desequilíbrio econômico-financeiro ao contratado que não deu causa à rescisão.

11. O art. 131, inclusive, é claro ao afirmar que a extinção do contrato não constitui óbice ao reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, assegurando ao contratado o direito a termo indenizatório correspondente, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do contrato.

12. Desta forma, é necessário a revisão da Cláusula Terceira da minuta do contrato para adequá-la ao disposto na Lei 14.133/2021, a fim de refletir que, nos contratos com escopo definido, a prorrogação do contrato seja automática quando a não conclusão do objeto decorrer de fato não imputável à contratada, e que, em qualquer circunstância, seja devido o pagamento de indenização pelos prejuízos efetivamente comprovados.

II.B. DA AUSÊNCIA DE CLAREZA QUANTO À ELEIÇÃO DE FORO E À EVENTUAL SUBMISSÃO À ARBITRAGEM

13. Conforme se observa da análise conjunta do item 13.5 do Edital e da Cláusula Décima Oitava, item "c", da minuta contratual (ANEXO III do Edital), a forma de resolução de eventuais controvérsias decorrentes da execução do futuro contrato não está claramente definida pelo instrumento convocatório:

13.5. Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem do edital e da execução do contrato que não puderem ser compostos por meios alternativos de resolução de controvérsias, conforme art. 92, §1º e arts. 151, 152 e 154 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.5.1. A Câmara Arbitral de que trata o item 13.5 deverá ser, preferencialmente, localizada na Cidade de São Paulo, ser renomada e de escolha em comum acordo entre as partes.

13.5.2. O custo da arbitragem será dividido entre as partes, devendo a parte vencedora ser ressarcida de todas as despesas incorridas.

Edital

c) **Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º e arts. 151, 152 e 154 da Lei nº 14.133/21.

c.1) **A Câmara Arbitral deverá ser preferencialmente localizada na Cidade de São Paulo**, ser renomada, escolhida em comum acordo entre as partes.

c.2) **O custo da arbitragem será dividido entre as partes, devendo a parte vencedora ser ressarcida de todas as despesas incorridas.**

Anexo III do Edital - Minuta do Contrato

Racional

14. A previsão acima indica, de forma inicial, a eleição do foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir eventuais litígios. No entanto, nos subitens "c.1" e "c.2", faz-se menção à submissão das controvérsias à arbitragem e à divisão dos custos entre as partes.

15. Nesse sentido, a redação ambígua da Cláusula em questão gera grave insegurança jurídica, ao impossibilitar que os licitantes identifiquem com clareza qual será o meio efetivo de resolução de conflitos previsto contratualmente - se o Poder Judiciário, conforme o caput da Cláusula, ou se a arbitragem, conforme os subitens. Para a formulação de propostas adequadas, é imprescindível que se tenha clareza quanto ao mecanismo de resolução de disputas, pois isso influencia diretamente na definição dos preços e na margem de risco assumida pela contratada.

16. Não se trata de mera formalidade. A obscuridade ora impugnada pode levar à apresentação de propostas mais conservadoras ou mesmo à inibição da participação de interessados.

17. A Lei 9.307/1996 dispõe sobre a arbitragem, inclusive sobre a possibilidade de a administração pública direta e indireta poder utilizar-se de arbitragem para dirimir litígios.

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

18. Nos termos da Lei, a cláusula compromissória definirá as bases para a futura arbitragem a ser realizada. Existindo cláusula compromissória, mas havendo dúvidas sobre sua definição, há uma séria de medidas prévias à instauração da arbitragem que devem ser tomadas:

Art. 5º Reportando-se as partes, na cláusula compromissória, **às regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada**, a arbitragem será instituída e processada de acordo com tais regras, podendo, igualmente, as partes estabelecer na própria cláusula, ou em outro documento, a forma convencional para a instituição da arbitragem.

(...)

Art. 7º **Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem**, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim.

§ 1º O autor indicará, com precisão, o objeto da arbitragem, instruindo o pedido com o documento que contiver a cláusula compromissória.

§ 2º Comparecendo as partes à audiência, o juiz tentará, previamente, a conciliação acerca do litígio. Não obtendo sucesso, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral.

§ 3º **Não concordando as partes sobre os termos do compromisso, decidirá o juiz, após ouvir o réu, sobre seu conteúdo, na própria audiência ou no prazo de dez dias, respeitadas as disposições da cláusula compromissória e atendendo ao disposto nos arts. 10 e 21, § 2º, desta Lei.**

§ 4º **Se a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, caberá ao juiz, ouvidas as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio.**

§ 5º A ausência do autor, sem justo motivo, à audiência designada para a lavratura do compromisso arbitral, importará a extinção do processo sem julgamento de mérito.

19. A mera menção à adoção da arbitragem, desacompanhada de informações importantes, como a indicação da câmara arbitral, as regras procedimentais aplicáveis, o número de árbitros e o local da arbitragem, contribui para o aumento da incerteza quanto aos custos e à condução do eventual litígio. Essa indefinição pode afastar licitantes interessadas no certame de modo que prejudica a sua competitividade, bem como viola princípios constitucionais e infraconstitucionais como a ampla concorrência, a legalidade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

20. Dessa forma, requer-se a revisão da cláusula de resolução de conflitos, a fim de esclarecer de forma inequívoca qual será o mecanismo aplicável para a resolução de litígios, e incluir as informações mínimas indispensáveis, tais como as regras aplicáveis (de algum órgão arbitral institucional ou entidade ou câmara especializada), o número de árbitros e o local da arbitragem, caso este seja o meio escolhido.

II.C. DA NECESSÁRIA DELIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES QUANTO ÀS LICENÇAS E REGULARIZAÇÕES

21. A Cláusula Quarta, item XXXVI, da minuta contratual (ANEXO III do Edital) impõe à futura contratada a obrigação de providenciar, por sua conta, todas as ligações definitivas de

utilidades, bem como os alvarás, licenças ambientais e demais regularizações exigidas para a entrega final da obra:

XXXVII. Providenciar, se e conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas nos projetos (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: "habite-se", licenças ambientais, alvarás, etc.);

Anexo III do Edital - Minuta do Contrato

22. No entanto, a Cláusula de obrigação é genérica e carece de definições mínimas que permitam aos licitantes compreender com exatidão quais serão, de fato, suas obrigações. O Edital não é acompanhado de memorial descritivo, termo de referência ou especificações técnicas que indiquem os documentos e licenças que serão exigidos da contratada, limitando-se a uma menção ampla à necessidade de "obtenção de licenças", como "licenças ambientais", o que é bastante amplo.

23. Essa indefinição compromete a capacidade das licitantes de estimar, com precisão, os custos, prazos e procedimentos necessários à obtenção das licenças, o que impacta diretamente a formulação da proposta de preços. A depender da interpretação adotada, licitantes distintas podem considerar escopos de obrigações completamente diferentes, com repercussão direta nos preços apresentados e, conseqüentemente, na competitividade do certame e na observância ao princípio da isonomia. Há, ainda, risco concreto de que, após a contratação, a empresa vencedora seja surpreendida com exigências não previstas, o que pode resultar em pleitos por reequilíbrio econômico-financeiro, atrasos na execução contratual e litígios que poderiam ser evitados com uma alocação de obrigações mais clara no Instrumento Convocatório.

24. Portanto, é imprescindível que a Cláusula em questão seja revista para estabelecer, de maneira objetiva, a delimitação das responsabilidades da contratada e da contratante, especificando claramente quais ligações definitivas, licenças e regularizações serão de responsabilidade da futura contratada, assegurando a legalidade, a alocação eficiente de riscos, a competitividade e a isonomia do certame, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

II.D. DESPROPORCIONALIDADE EXISTENTE NAS SANÇÕES PREVISTAS NA MINUTA DO CONTRATO (ANEXO III DO EDITAL) - INSEGURANÇA E RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

25. A minuta do Contrato (Anexo III do Edital) prevê na Cláusula Décima Quarta as sanções que poderão ser aplicadas ao Contratado em caso de atraso na execução das obras, desvio do cronograma físico-financeiro e por falta contratual que comprometa a execução das obras.

26. Muito embora a referida Cláusula mencione que na aplicação das sanções o Contratante deverá considerar a natureza e gravidade da infração, peculiaridades do caso, as circunstâncias atenuantes e agravantes e os efetivos danos causados pela conduta, o que se extrai do Parágrafo Primeiro são percentuais fixados de maneira desproporciona, em duplicidade e de valor altíssimo, quando considerada a ordem de grandeza da contratação. O que, com efeito, por trazer insegurança aos licitantes e condições mais gravosas que aquelas normalmente praticadas no mercado, o que poderá importar no alijamento de empresas interessadas no certame, em violação ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

27. Inicialmente, verifica-se que a minuta do Contrato prevê diferentes percentuais de aplicação de penalidade de multa moratória pelo mesmo fato gerador (atraso injustificado ou desvio do cronograma físico-financeiro):

- a) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no **atraso para início da execução dos serviços** ou no **atraso na entrega do objeto da contratação**, sem motivo justificado;
- b) Multa Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de **atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- c) Multa Moratória será aplicada se constatado o **desvio do cronograma físico-financeiro**, a ser elaborado e aprovado nos termos estabelecidos no Manual de Gestão e Fiscalização de Obras integrante deste edital, **nos marcos de avanço planejados nos percentuais correspondentes a 60%, 90%, 95% e 100%**, cuja aplicação da multa ocorrerá conforme detalhamento a seguir:

Anexo III do Edital - Minuta do Contrato

28. Como se extrai da Cláusula colacionada acima: (i) para o atraso injustificado poderá ser aplicada a sanção prevista na alínea "b)" ou na alínea "c"; (ii) no caso de atraso na entrega do objeto da contratação poderá ser aplicada a sanção prevista na alínea "a)" ou na alínea "c)".

Racional

29. Considerando que o parágrafo quinto da mesma cláusula prevê que as sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra, é possível o entendimento de que o Contratante, terá a prerrogativa de enquadrar o descumprimento contratual em mais de uma hipótese de multa para a mesma infração.

30. Referido cenário traz uma relevante insegurança jurídica para a contratação, pois importará na apresentação de propostas comerciais não tão vantajosas ao interesse público - já que os licitantes precisarão quantificar esse risco -, ou ainda, no alijamento de potenciais interessados no certame.

31. Somado a isso, verifica-se que os percentuais fixados também se mostraram desproporcionais face o valor da contratação e se comparado a outros contratos do Estado de São Paulo. Como exemplo, vale mencionar a alínea "a)" que prevê a possibilidade de o Contratante aplicar uma multa moratória de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, o que pode corresponder a cerca de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

32. Por sua vez, a alínea "b)" prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo atraso de cada marco do cronograma físico-financeiro. Sendo que, na hipótese de o Contratado vir a sofrer a penalidade nos 4 (quatro) marcos contratualmente previstos, este deverá o valor correspondente a 10% (dez por cento) do Contrato.

33. Valores que, com o devido respeito, se mostram desproporcionais e desarrazoados, especialmente ao se considerar que não há um percentual máximo de multa a ser aplicada no Contrato.

34. De forma a demonstrar a desproporcionalidade da cláusula contratual de sanções, menciona-se como exemplo o Edital de Concorrência nº 146/2023 publicado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para a contratação da construção de nova sede para a utilização da Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo. Veja que além de os percentuais serem bem inferiores, em caso de atraso do atendimento do cronograma, o percentual da multa é calculado em cima do valor da medição e não do valor do contrato:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, perante o CONTRATANTE ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou nos artigos 80 a 82 da Lei Estadual nº 6.544/1989, nos termos do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento e do seu Anexo VI, e ainda incorrerá a CONTRATADA os seguintes percentuais de multa:

- I - Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor reajustado da medição, previsto no cronograma financeiro, por dia de atraso, no início, andamento e conciliação das fases fixadas no cronograma correspondente.
- II - Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total reajustado do contrato, por dia de atraso, caso se verifique atraso em relação à data final de conclusão das obras.
- III - Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual reajustado, pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas do contrato.

Anexo V do Edital de Concorrência nº 146/2023 - Minuta do Contrato

35. Ou seja, na prática, da maneira como o Contrato está atualmente redigido, ao final da sua execução haverá a possibilidade de o Contratado pagar de multa o valor equivalente à execução contratual. Afastando qualquer vantagem à licitação.

36. Diante do ora exposto, se mostra impreterível que a Cláusula Décima Quarta da minuta do Contrato seja revisada para (i) prever a aplicação de uma única por fato gerador; (ii) reduzir os percentuais de multa estabelecidos; e (iii) fixar um percentual máximo de penalidade de multa que poderá ser aplicada ao Contratado.

II.E. ILEGALIDADE EXISTENTE NO PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES ESTABELECIDO NA MINUTA DO CONTRATO

37. A minuta do Contrato (Anexo III do Edital) estabelece na Cláusula Décima Primeira que a Contratada estará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério do Contratante, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do Contrato:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Anexo III do Edital - Minuta do Contrato

38. Ocorre que, o percentual fixado de 50% viola o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 que prevê que no caso de obras o contratado estará obrigado a aceitar, acréscimos ou supressões de **até 25% (vinte e cinco por cento)**:

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras**, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

39. E, no presente caso, o objeto licitado não deixa dúvidas de que se não se trata de serviço de reforma de edifício, e sim obra de construção de prédio:

REQUISIÇÃO DE COMPRA: 3000599515
PROCESSO Nº WS1453966367
EDITAL N.º 002/2025
MODALIDADE: ATO CONVOCATÓRIO - USO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA ARIBA
TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO DA SELEÇÃO: **Contratação de empresa especializada para construção do Prédio 1027 – PBI – Produção de Bancos Influenza.**

Anexo III do Edital - Minuta do Contrato

40. Deve, portanto, esta Comissão de Licitação **alterar a Cláusula Décima Primeira da minuta do Contrato** para prever que a Contratada estará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)**, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de importar em violação ao princípio constitucional da legalidade (art. 37 da CRFB/88 e art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

III. DA NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DO ANEXO III DO EDITAL - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA COMPETITIVIDADE, SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, LEGALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

41. Diante de todo o exposto, resta evidente que o Anexo III do Edital de Licitação – Minuta do Contrato da maneira como está atualmente redigido traz um **relevante risco à contratação**.

42. A falta de clareza nas questões acima, ora demonstradas, prejudica a competitividade do certame, uma vez que os licitantes, assim como a Racional, não podem ter segurança nas premissas operacionais que apesar de básicas são extremamente relevantes para a

Racional

precificação dos riscos, afrontando a própria segurança jurídica da contratação, o que pode levar a propostas inadequadas ou até mesmo à desistência de participação na licitação, novamente em prejuízo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública e aos usuários (art. 5º da Lei n. 14.133/2021).

43. Não restam dúvidas também que a correção das irregularidades, ilegalidades, erros e contradições ora apontados antes da licitação são fundamentais para garantir a legalidade, a eficiência, a igualdade e a precisão do orçamento da licitação, bem como para se evitar futuros litígios logo no início da execução contratual e garantir que o projeto seja executado de maneira adequada e eficiente.

44. As questões ora expostas também contrariam a segurança jurídica do certame, a boa-fé objetiva e confiança legítima entre as partes, princípios prestigiados pelo ordenamento jurídico:

LINDB

Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Código Civil

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

45. Dessa forma, deve essa Comissão de Licitação revisar o Anexo III do Edital (Minuta do Contrato) de maneira a adequar todas as premissas contratuais ora apontadas, a fim de trazer uma maior segurança jurídica para a contratação, conforme fundamentos ora expostos.

IV. CONCLUSÃO E PEDIDOS

46. Diante de todo o exposto, a Racional Engenharia requer que a Comissão de Licitação acolha a presente Impugnação ao Edital e realize as seguintes alterações na minuta do Contrato (Anexo III ao Edital):

- a) Adequação da **Cláusula Terceira, parágrafo 2º, da minuta do Contrato**, que trata da prorrogação contratual, a fim de assegurar conformidade com as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021;

- b) Definição clara da **Cláusula Décima Oitava, item "c", da minuta do Contrato**, de solução de controvérsias, com a indicação expressa do foro competente ou da cláusula compromissória de forma completa e inequívoca;
- c) Revisão da **Cláusula Quarta, item XXXVI, da minuta do Contrato**, que trata da responsabilidade pela obtenção de licenças, autorizações e regularizações, com a devida delimitação objetiva das obrigações da Contratante e da futura Contratada;
- d) Revisão dos percentuais de multa previstos na **Cláusula Décima Quarta da minuta do Contrato** para (i) prever a aplicação de uma única por fato gerador; (ii) reduzir os percentuais de multa estabelecidos; e (iii) fixar um percentual máximo de penalidade de multa que poderá ser aplicada ao Contratado.
- e) Alteração da **Cláusula Décima Primeira da minuta do Contrato** para prever que a Contratada estará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

47. Por consequência, requer-se o **adiamento da sessão de abertura dos envelopes** prevista para o dia 08/05/2025, para que seja possível a correção das irregularidades ora demonstradas e para permitir que as licitantes tenham tempo hábil para adequação e formulação de suas propostas.

48. Acolhida a presente Impugnação, por força do item 12.2.1 do Edital, requer-se a reabertura do prazo para a apresentação das propostas pelos licitantes.

Assinado por:

THIAGO KLEMP

9A7252460AB8417...

Thiago Klemps

Racional Engenharia

Gerente Jurídico